

Political coup or Impeachment? The political polarization from Veja and Carta Capital magazine's covers

The dismissal of Dilma Rousseff from the Presidency of the Republic in August 2016 inaugurated one of the most controversial historical periods in recent Brazilian history. In a fragmented scenario in the discussion of whether it was impeachment or a political coup, we observed numerous partisan and ideological questions. This research proposes to analyze four "Veja" and "Carta Capital" magazine's covers to unravel the articulated meanings by the way both of them elaborate their discursive elements. This work will be based on discursive semiotics, focusing on the generative path of meaning, especially on the controversial dimension. What drives us is the attempt to trace a historical-discursive context of Dilma Rousseff's impeachment process, based on political judgments and their consequent conflicts permeated by political polarization.

Golpe ou Impeachment? A polarização midiática a partir das capas das revistas Veja e Carta Capital

A destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República em agosto de 2016 inaugurou um dos períodos históricos mais polêmicos da história recente do Brasil. Em um cenário fragmentado na discussão sobre se foi impeachment ou golpe, observamos numerosos questionamentos partidários e ideológicos. Esta pesquisa propõe analisar quatro capas das revistas Veja e Carta Capital para depreender as significações articuladas pela maneira como ambas elaboram seus elementos discursivos. Este trabalho terá como base a semiótica discursiva, com foco no percurso gerativo de sentido, sobretudo na dimensão polêmica. O que nos impulsiona é a tentativa de traçar um contexto histórico-discursivo do processo de impeachment de Dilma Rousseff, a partir das consequências e julgamentos políticos e seus consequentes conflitos permeados pela polarização política.

Introdução

O contexto histórico-social do processo de destituição da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foi permeado por uma série de manifestações populares que começaram a ocorrer em junho de 2013, pela analogia com o processo político de 1964, sobretudo à palavra “golpe” e o que ela representa, e pela concomitância com os desmembramentos da operação “Lava-jato”.

“O gigante acordou!” e “Vem pra rua!” foram algumas das frases mais exclamadas desde 2013. Influenciados pelos atos realizados em décadas anteriores e com meios tecnológicos mais acessíveis que propiciaram divulgações exacerbadas em redes sociais, os manifestantes conseguiram a anulação do aumento do preço da tarifa dos transportes públicos na maioria das capitais brasileiras. O anseio por mudanças foi estampado nos rostos dos manifestantes, cartazes e em compartilhamentos digitais nas redes sociais. Brasileiros exerceram sua liberdade de expressão, como muitos participantes enfatizaram. Camisas da seleção brasileira de futebol vestiram a população também fora dos estádios e assim como uma nova versão e geração dos “caras pintadas” ajudaram a compor mais um capítulo da história do Brasil.

Souza expõe o cenário das manifestações da seguinte forma:

A camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional se tornaram os símbolos que ninguém mais conseguiu retirar ou sequer disputar com essa fração de classe. É uma camisa que passa a mais importante mensagem: “não somos de nenhum time”, como não somos de nenhum partido. Nosso time é a seleção, e nós torcemos pelo Brasil. O ufanismo do país dividido que não tolera a diversidade e ao mesmo tempo se põe como único representante da nação, um profascismo óbvio, não só não foi criticado pela mídia. Foi, ao contrário, louvado e estimulado. (SOUZA, 2016, p. 100).

Houve uma apropriação dos símbolos nacionais, no embate dos brasileiros contra a corrupção, em uma tentativa histórica de unidade em contraposição à divisão. Foi essa a maneira encontrada por grupos políticos para camuflar seu posicionamento ideológico e seu partidarismo político. Assim, elaborou-se tal estratégia em busca do chamado apoio popular, sem o qual o impeachment seria impossível de ser realizado.

Não à toa, a popularidade da então presidente Dilma Rousseff em 2013 foi abalada após uma sequência de protestos. Diante deste cenário, afirma Souza:

Não se compreende o golpe de abril de 2016 sem a manipulação dos protestos de junho de 2013. Mas faltava ainda um elemento decisivo de toda rebelião, seja ela libertária ou reacionária: a construção de um discurso coerente. Este inexistia em junho de 2013, e veio daí o caráter enigmático e multifacetado dessas manifestações, que desafiou a capacidade interpretativa dos analistas. (SOUZA, 2016, p. 106).

Na opinião de Souza, a principal motivação foi o discurso anticorrupção. A partir deste, o objetivo seria o enfraquecimento dos dois personagens principais do Partido dos Trabalhadores: o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e, naquela ocasião, Dilma Rousseff.

Todos os fatos e circunstâncias, desde o início do processo de impeachment, foram veiculados nos mais variados tipos de mídias jornalísticas, a partir de diferentes abordagens, cumprindo, assim, o objetivo de difundir a informação. No entanto, é a amplitude e a pluralidade de propagação das

notícias sobre o mesmo assunto que compõe a proposta de estudo desta pesquisa. Na mídia impressa, as capas representam significativos e produtivos materiais, a partir dos elementos utilizados na construção discursiva, de modo a proporcionar maior publicidade ao conteúdo proposto em cada edição.

Os contextos social e histórico se entrelaçam e se completam. O mesmo “fato” pode ser relatado de formas diferentes e até mesmo divergentes. Essa distinção resulta da forma que determinado discurso é produzido e colocado em circulação. O que nos interessa é justamente, dentre outros objetivos, identificar como as duas revistas, que por sua vez explicitam posicionamentos ideológicos desiguais, escolhem e utilizam temas e figuras como forma de expressão, com base nos seus respectivos posicionamentos e perspectivas. Importa-nos, em suma, os mecanismos de comunicação que se processam.

Miguel (1995) explica a importância política dos meios de comunicação centrado na mediação que eles promovem. A partir da escolha do que possui maior relevância e abrangência, é que diversos fatos, mudanças e eventos são transformados em notícias e amplamente divulgados. Segundo Miguel:

Hoje, a possibilidade de acesso do público a um determinado discurso depende de sua veiculação pela mídia. Trata-se de um fenômeno relevante, já que, como observou Murray Edelman (1985, 10), o elemento crítico na disputa política é a “criação de sentido”: a construção de crenças sobre o significado de eventos, de problemas, de crises, de mudanças políticas e de líderes. (MIGUEL, ([1995]).

A mídia a que Miguel se refere desempenha um importante papel no aspecto político. Os veículos de comunicação expandem o acesso à atuação de agentes públicos e conseqüentemente o debate político é ampliado. Uma pluralidade de ideias e questionamentos políticos e sociais emergiram nos últimos anos e foi possível perceber uma democratização do acesso à informação, pelos mais diversos meios, inclusive digitais.

As capas de revistas, em geral, são constituídas com o objetivo de impactar com as imagens e recursos escolhidos, oscilando assim, entre o jornalismo e a publicidade. As capas carregam consigo particularidades compostas por elementos informativos e ao mesmo tempo conotativos. Tornam-se um gênero a partir de sua composição, conforme elencado por Bakhtin (2016):

Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no conjunto do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominados “*gêneros do discurso*”. (BAKHTIN, 2016, p.12).

São as características peculiares que compõem o que Bakhtin denomina “campo de comunicação” que facilitam a classificação a identificação dos gêneros do discurso. No caso do corpus de nossa pesquisa, o conteúdo está relacionado à exposição do material que foi evidenciado em cada edição, geralmente conteúdos polêmicos e relevantes, com o intuito de captar a atenção do leitor/enunciário e convencê-lo a adquirir o produto, como forma de agregar e propagar as informações mencionadas. Com relação ao estilo, cada revista expõe uma linha ideológica própria, mais agressiva e sensacionalista, ou mais históri-

ca e caricata, por exemplo. E por fim, no que diz respeito à construção composicional, esbarramos nos elementos que tornam-se objeto de análise a partir do sincretismo, nos próximos capítulos.

Os postulados da semiótica francesa, semiótica do discurso ou ainda semiótica greimasiana como também é denominada, permitem examinar os procedimentos da organização textual e os mecanismos enunciativos de produção e recepção do texto. Temos como base a análise a partir do percurso gerativo de sentido, composto pelo plano de conteúdo, em seus níveis fundamental, narrativo e discursivo. Este processo é a base desta pesquisa, pelo fato de fornecer instrumentos teóricos relevantes para que possamos captar, a partir do material selecionado, os recursos e estratégias devidamente utilizados para atingir o objetivo específico de cada revista.

1. Recuperação histórica

O verbete “golpe” no dicionário Houaiss, apresenta-nos alguns significados, com exemplificações no sentido figurado do termo. A palavra é associada à ação ardilosa, situação ou acontecimento que não foi previsto. O primeiro contato da população brasileira em torno desta palavra foi para designar o “Golpe de 1930”, ou Revolução de 1930, responsável por finalizar o período da “República Velha”. Posteriormente, em 1964, a palavra ressurgiu para qualificar o “Golpe militar de Estado no Brasil”, episódio tão relevante para os contextos histórico e democrático do país anos depois, e que permanece mais incutido na memória da população até os dias atuais.

Não relacionado necessariamente a golpe, “impeachment” é espontaneamente ligado ao processo que foi aberto contra o então presidente da República Fernando Collor de Melo, em 1992. Como verbete, encontramos os seguintes significados: “Impugnação de mandato; processo de cassação feito a partir de uma denúncia crime contra uma autoridade, geralmente um presidente, sendo a sentença proferida pelo poder legislativo”. (Dicionário on-line de português. (Acesso em 02 jun. 2020).

A palavra golpe é historicamente associada a alguma ação negativa, que no âmbito político antagoniza com qualquer viés democrático. Desde 2015, este vocábulo ganhou novamente uma entonação para todos aqueles que de alguma forma e por algum motivo ideológico, partidário ou social, questionam o processo estabelecido em 2015. Avritzer (2019) assim explica a ocorrência de impeachment no país:

O impeachment no Brasil não segue o padrão internacional do presidencialismo, de acordo com o qual deve ser um evento muito raro e, para tal, não deve envolver questões administrativas (*maladministration*) ou de oposição política. Ainda assim, entre os casos de impeachment, o do ex-presidente Collor teve fortes elementos consensuais, envolveu a ideia da remoção de um presidente mal avaliado, mas também incorporou um forte consenso entre as instituições políticas (...). (AVRITZER, 2019, p.41).

Em 30 de março de 2016, no Palácio do Planalto, durante cerimônia de lançamento do “Programa Minha Casa Minha Vida 3”, Dilma Rousseff se manifestou a respeito do processo de sua destituição. Na ocasião, o processo de impeachment estava na fase de análise pela comissão especial da Câmara dos Deputados. Dilma declarou: Impeachment sem crime de responsabilidade é o quê? É golpe!

É essa a questão. Não adianta fingir que estamos discutindo o impeachment em tese, nós estamos discutindo o impeachment muito concreto, sem crime de responsabilidade, e aí ele é passível de legalidade, legitimidade. O nome disso é golpe. (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

A expressão “golpe de Estado”, a partir do século XX, foi comumente associada a ações militares. De acordo com Bianchi, “uma definição tão limitada não permite considerar a hipótese de golpes promovidos por grupos do poder Legislativo ou Judiciário ou por uma combinação de vários grupos e facções” (2016, p.3).

O Brasil vivenciou o Período Militar, ou Ditadura Militar, no período compreendido entre 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985. Faz-se necessário relembrar este cenário político, uma vez que foi a partir destes vários acontecimentos e períodos marcantes da história brasileira, que surgiram, dentre outros aspectos, as principais manifestações ao longo do país em 2012 e consolidadas a partir de 2013.

É relevante mencionar que Dilma Rousseff foi reeleita em 2014 com 54.483.045 votos, número que corresponde a 51,65% dos votos válidos, em uma disputa eleitoral na qual venceu o candidato Aécio Neves, que por sua vez recebeu 50.993.533 votos, que totalizaram 48,35% do total de votos. Em janeiro de 2015, Dilma tomou posse e anunciou “Pátria educadora” como slogan de seu novo governo. (TSE Notícias, 2014)

Eduardo Cunha, então deputado federal pelo PMDB, no cargo de presidente da Câmara, aprovou o processo de afastamento, no qual constou como justificativa o crime de responsabilidade que teria sido cometido pela ex-presidente, concretizado por meio das pedaladas fiscais, definidas como atrasos de repasse de verbas a bancos públicos e privados.

Os novos processos de destituição não foram mais associados ao uso de força física. Como exemplo, podemos citar as destituições ocorridas em Honduras, com a deposição de Manuel Zelaya em 2009, e no Paraguai, com o afastamento de Fernando Lugo, em 2012. A ausência de interferência militar, em geral, influencia no reconhecimento dos governos sucessórios por parte da população local em que os processos ocorreram e no contexto internacional.

No Brasil, os episódios de corrupção divulgados e apurados influenciaram ainda mais o anseio da população por mudanças. Souza (2016) afirma:

O mensalão foi o ensaio geral para o golpismo de agora, especialmente do seu núcleo fundamental: a ação concertada entre mídia e aparato jurídico-policial do Estado. Como o combate efetivo à corrupção é o último dos objetivos da nossa mídia-partido de elite, a estratégia é novelizar a política e reduzi-la ao embate mocinho versus bandido. O bandido é o PT e as classes populares, assim como o projeto de sociedade que eles representam. O mocinho é o aparato-judicial elevado à condição de paladino da higiene moral da nação. (SOUZA, 2016, p.50).

Para Souza, houve uma tentativa de anular de vez a trajetória petista no Brasil e tudo que ela representou desde 2003, inclusive com forte alcance na classe média e propagação de programas sociais. O “Mensalão” foi o grande divisor, pois proporcionou maior visibilidade midiática sobre o tema “corrupção”. Souza defende ainda que a efusiva propagação midiática acerca dos acontecimentos que cercaram o Partido dos Trabalhadores e seus representantes não foram direcionados ao partido ou a pessoas específicas, mas sim ao percurso histórico que foi traçado desde 2003.

2. A dimensão polêmica

A dimensão polêmica, dentro do viés semiótico, estabelece que a conjunção com um objeto de valor para um sujeito pressupõe a disjunção para outro. Sobretudo, dentro de nossa pesquisa, a dimensão polêmica decorre da polarização ideológica da qual subtemos, concretizada no antagonismo de dois veículos de comunicação, enquanto formadores de opinião, a respeito de um mesmo fato. O processo de impeachment ser considerado ilegal para uma camada da população, torna-o legal dentro dos efeitos da lei, a partir da interpretação da camada oposta.

A coerção se faz presente nesta abordagem em três momentos, pois, já na concepção do fazer elaborado por Greimas (2017), observamos que o autor afasta a coerção física, ação do homem sobre outros homens, da esfera da manipulação. Nesta, interessa-nos, em especial, o fazer cognitivo.

O desafio, figura de manipulação que escolhemos abordar neste capítulo, possui, conforme define Greimas (2017), um caráter provocador e carrega consigo uma concepção de “coerção moral”. Recai a ele o significado de “incitar alguém a fazer alguma coisa”. (Greimas, 2017, p.222). O receptor possui um caráter soberano, possui a liberdade de aceitar ou recusar a proposição do contrato. Especificamente na circunstância do “desafio”, a ideia central é inicialmente qualificar, dentro dos fazeres persuasivo e interpretativo, o sujeito manipulado como “incompetente”. Conforme discorre Greimas:

“No caso da provocação por desafio que agora nos interessa, a mensagem persuasiva do sujeito manipulador, que acompanha a proposição de contrato, consiste em significar para o sujeito que está prestes a ser manipulado sua falta de competência: o sujeito S2 é então convidado a executar um determinado programa (PN) e, ao mesmo tempo, advertido de sua insuficiência modal (de seu “não poder fazer”) para efetuar-lo”. (GREIMAS, 2017, p. 223).

Entendemos este desafio como uma circunstância de provocação a adquirir determinado produto, ou ainda, à ideia de deixar-se manipular, permitindo-se ser induzido a agir de alguma maneira.

Este receptor é colocado ainda diante da situação de dilema de escolha entre opções contraditórias. Esta escolha, em afinidade com o desafio proposto, denota o que Greimas denomina cumplicidade objetiva entre o manipulador e o manipulado.

“Vê-se que o desafio se apresenta como um caso particular de *persuasão anti-frasal*: o enunciado persuasivo é apresentado como uma *persuasão a recusar*, com a intenção oculta de ser lido, após o fazer interpretativo do sujeito manipulado, como uma dissuasão a recusar”. (GREIMAS, 2017, p. 223).

Neste contexto, a frase que melhor sintetiza este “jogo” de manipulação e persuasão é: “O desafio é um enfrentamento sentido como uma afronta”. (2017, p. 230). O sujeito pode se impressionar ou mesmo se inquietar diante da dúvida sobre sua incapacidade. No entanto, ao efetuar sua escolha, assumindo-se como alguém que possui habilidade para tal, o sujeito elimina o valor negativo associado à sua imagem enquanto ser impotente.

A coerção, sinônimo de imposição, opressão ou mesmo coação, nas explicações de Fiorin (1998) sobre ideologia manifesta-se como coerção social. Conforme nos orienta o referido autor, deve ser analisada no nível discursivo e de-

termina a linguagem. Habitam no discurso a manipulação consciente e a manipulação inconsciente. O primeiro tipo é caracterizado por Fiorin como um jogo entre falante e interlocutor e as opiniões que os circundam. A imagem que cada um lado possui do outro em reciprocidade direciona os recursos argumentativos. Já no segundo caso, ideologia e formações históricas predominam. São utilizadas “verdades absolutas” que transpõem gerações e que são capazes de influenciar a maneira de pensar do homem ao longo da história.

Na confecção editorial das revistas, a coerção social aparenta ser mais usual, de certa forma. É conveniente para *Veja* e *Carta Capital* conhecerem os respectivos perfis de seus público-leitores, assim como o contrário. O leitor que procura a capa da revista *Veja* para adquirir já possui suas expectativas e suas inclinações. Ao longo deste processo, a ideologia peculiar a cada revista favorece a inserção de determinadas figuras e a abordagem de temas, com bases provocativas e críticas, que ultrapassam apenas o objetivo inicial de informar.

A polêmica se instaura inclusive na confrontação. O que Courtés (1979) nos sugere é que este embate ocorre a partir da instalação de sujeitos e antissujeitos. A confrontação caracteriza-se polêmica justamente no encontro entre eles, que como consequência pode acarretar transformações e trocas. A confrontação resulta da disputa por um objeto de valor entre sujeito e antissujeito. Esta concepção nos remete às manifestações que tem ocorrido desde 2012, por meio das quais é possível identificar uma colisão de ideias partidárias, uma resistência radical ao que é contrário e as tentativas de manipulação e direcionamento que cada lado tenta impor.

3. Sob a perspectiva da revista *Veja*

A revista *Veja* foi produzida pela primeira vez em 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta. Já no início, sua história sofreu impactos do regime militar, quando ainda no seu primeiro ano de existência vivenciou as consequências da censura, ao ter seus exemplares analisados pelo governo vigente.

A revista possui um conjunto de valores próprios e o material proposto representa o seu posicionamento, a partir da construção do simulacro dos adversários políticos, sancionados negativamente. São observadas referências à queda do Partido dos Trabalhadores e da ex-presidente Dilma Rousseff, com imagens e alusões à sua destruição, como será mostrado a seguir.

“A desqualificação de Dilma”

A capa da revista *Veja* sob análise inicial pertence à edição 2474 foi publicada três dias após a votação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados. A revista estampa o título “Fora do baralho” e logo abaixo, traz escrito: “Com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”.

No nível discursivo, observamos uma debreagem enunciativa, que nos apresenta a um efeito de distanciamento e objetividade, que extrai a então presidente Dilma Rousseff do po-



Figura 1 – Revista Veja, edição 2474 de 20 abr. 2016
Fonte: Google imagens, 2020.

A capa organiza seu discurso por meio de uma tematização e uma figurativização particular para a construção de parte do sentido do texto. É possível perceber figuras emblemáticas como a faixa presidencial, que compõe a imagem principal, sendo esta uma versão fotográfica oficial da presidência da república. É importante salientar que esta imagem, centralizada na capa, é propositalmente rasurada. Esta rasura indica uma tentativa de retirá-la parcialmente de determinado local, o que se assemelha com a situação na qual a então presidente se encontrava, com a abertura do processo de impeachment. Cumpre ressaltar ainda que esta rasura remete a uma agressividade, sobretudo por estar simbolizada na face da então presidente Dilma Rousseff. Figurativizam-se, portanto, temas como uma democracia estremecida e a expressão “fora do baralho” já antecipa uma desqualificação de Dilma, descaracterizando-a de seu cargo de presidente.

No nível narrativo, determinado pelas transformações de estado, temos o sujeito, a presidente Dilma Rousseff, inicialmente em conjunção com seu objeto-valor (poder). Posteriormente a um evento transformador (abertura do processo de impeachment e votação pela Câmara dos Deputados), este sujeito passa a ficar em disjunção com o objeto-valor.

É importante mencionarmos acerca das relações transitivas, neste caso o objeto-valor “poder”, a interpretação que Fiorin (2017) nos apresenta: a circulação dos objectos (sic) é interligada à ação dos sujeitos que desempenham a manipulação. O autor metaforiza da seguinte forma:

A circulação dos objectos não é, portanto, qualquer coisa de mecânico e de evidente; semelhante a uma bola que, no momento de um jogo de futebol, muda continuamente de campo, o objecto-valor necessita de ser arremessado a apanhado pelos sujeitos performativos. (FIORIN, 2017, p.17)

Esta afirmação vai ao encontro de nossa perspectiva nesta análise. O objeto “poder” começa a transitar após a votação do processo pela Câmara dos Deputados, responsável por realizar a performance.

A ideia de representar Dilma como “carta fora do baralho” carrega consigo uma sanção negativa com relação à então presidente. Na classificação referente à interpretação veridictória dos estados da sanção cognitiva, ordenados como verdadeiros (que parecem e são), falsos (que não parecem e não são), secretos (que não parecem, mas são) e mentirosos (que parecem, mas não são), percebemos o primeiro estado mencionado, o verdadeiro, caracterizando uma figura política que parecia estar sendo destituída, eliminada, e de fato estava, a partir da votação do processo de impeachment. A destituição ocorreu porque a então presidente foi, na sanção, reconhecida como sujeito incompetente.

No nível narrativo, importam dois tipos de enunciados elementares: enunciados de estado e de fazer. No primeiro, o sujeito está em relação de conjunção ou disjunção com determinado objeto, e no segundo, ocorre uma transformação nesta relação estabelecida. O programa narrativo sinaliza esta mudança de estado após o enunciado de fazer “votação”, sendo antes uma relação de conjunção e posteriormente uma relação de disjunção, na qual tem-se Dilma Rousseff como sujeito excluído. Nesta exclusão, Dilma encontra-se em disjunção com relação aos demais políticos da base aliada e de oposição ao seu governo e com relação também ao próprio enunciador.

Há ainda uma correlação com a descontinuidade, ressaltada posteriormente no nível fundamental, quando confrontada com a continuidade, e a transformação de Dilma Rousseff (eleita democraticamente em outubro de 2014), ex-presidente destituída do cargo (acusada de crime de responsabilidade fiscal e improbidade administrativa). Esta descontinuidade é associada à mudança de estado, sustentação do nível narrativo, e pode ser associada inclusive ao caminho histórico da democracia no Brasil, percurso este marcado por decisivos acontecimentos.

Já no nível fundamental, podemos traçar uma oposição semântica pela relação de continuidade *versus* descontinuidade, referente à permanência ou não de Dilma Rousseff em seu cargo. A alusão a esta interrupção do mandato da ex-presidente, salientada pelas imagens e expressões escolhidas, configura esta descontinuidade. No nível fundamental, embasado por elementos mais abstratos e responsáveis pela produção e compreensão de determinado discurso, é o momento da análise fundamentado pela oposição. Logo, os termos continuidade e descontinuidade são elementos que se opõem, pois consideramos que para prevalecer a democracia, é necessária a permanência durante os quatro anos de mandato no cargo para o qual tenha sido eleito. Por outro lado, havendo a interrupção de determinado mandato, esta democracia é abalada, sofrendo interferências que marcam a descontinuidade.

De acordo com Fontanille (2007):

O quadrado semiótico apresenta-se como a reunião de dois tipos de oposições binárias em um só sistema que administra, ao mesmo tempo, a presença simultânea de traços contrários e a presença e a ausência de cada um desses dois traços. (FONTANILLE, 2007, p. 62).

Esta noção de binariedade a que o autor se refere nos leva a perceber o confronto de posições, como o próprio autor menciona, e que permite inclusive o discurso expandir e inventar novas contrariedades. (2007, p. 61). Diante disso, na sintaxe, nesse nível, prevalecem as operações de negação e de asserção. Neste caso, a categoria /continuidade/ vs. /descontinuidade/ indica a afirmação do poder em /continuidade/ no momento anterior à votação pela Câmara dos Deputados, a negação desta /continuidade/ após a votação e afirmação da /descontinuidade/ após a votação. O termo /continuidade/ pressupõe o termo /descontinuidade/. Na operação de negação a cada um dos contrários, encontramos dois contraditórios: /não-continuidade/ que é contrário de /continuidade/ e /não-descontinuidade/ que representa o contrário de /descontinuidade/, conforme ilustramos abaixo:

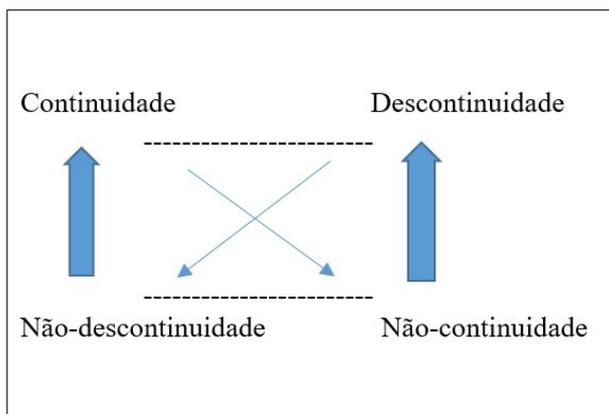


Figura 2 – Quadrado semiótico de Veja – continuidade vs. descontinuidade. Fonte: Próprio autor, 2020.

“A deterioração petista: a relação metonímica de uma trajetória em ruína”



Figura 3 – Revista Veja, edição 2478, 18 mai. 2016. Fonte: Google imagens, 2020.

A edição 2478 foi divulgada posteriormente à votação do processo de impeachment pelo Senado Federal. Nesta etapa, o processo de destituição já se encontrava em fase avançada. No dia 06 de maio daquele ano, o relatório elaborado pelo senador Antônio Anastasia (PSDB) foi aprovado pela comissão especial designada para avaliar o processo enviado pela Câmara dos Deputados. No dia 12 de maio o Senado decidiu pela abertura do processo. Dilma foi afastada de seu cargo. Esta edição aproveitou a nítida associação do governo exercido por Dilma desde 2010 à imagem de poder e influência que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva representa para o Partido dos Trabalhadores. A deposição de Dilma expressou, naquele momento, o início do fim de uma era petista na condução do poder executivo no Brasil. A imagem do ex-presidente Luiz Inácio foi a escolhida para representar esta alusão à era petista e conseqüentemente o final deste ciclo, suscitado precocemente por uma forma incomum, validada pelo impeachment. Retratou-se a imagem em processo de deterioração, acompanhada do título “A ruína do PT”.

No que concerne às instâncias discursivas, é possível inferir uma debreagem actancial enunciativa, que projeta o Partido dos Trabalhadores (terceira pessoa do singular) em uma situação de destruição.

Esta edição propõe ao leitor duas figuras dispostas em uma: o rosto do ex-presidente Luiz Inácio desenhado em uma estátua que remete às obras greco-romanas, para construção do sentido atrelado à palavra “ruína” disposta abaixo na capa. Esta figura consegue promover uma ancoragem histórica, instituindo uma referência ao passado e remeter inclusive a uma ideia ditatorial do ex-presidente Lula e de seu partido durante tanto tempo no poder.

O governo petista, como já foi mencionado, desde 2003 esteve em conjunção com o objeto poder, após quatro sucessivas vitórias eleitorais (2002, 2006, 2010 e 2014). É sob este ponto de vista que adentramos na etapa narrativa, caracterizada pela transitividade entre os actantes e pelos enunciados de estado e enunciados de fazer. Estes últimos, responsáveis pela transformação, que no objeto de nossa análise, foi operada pelo Senado, após a votação pela Câmara dos Deputados, que acarretou uma mudança de estado: a então presidente Dilma afastada de seu cargo naquela ocasião. Dilma é colocada em disjunção com seu cargo e conseqüentemente o PT em disjunção com o poder.

Na construção deste programa narrativo, em que a votação pelo Senado afasta Dilma e seu partido do objeto-valor poder, deparamo-nos em uma função de privação inserida em uma relação transitiva. A competência deste programa de privação, é portanto, exercida pelo Senado Federal.

Considerando a perspectiva que engloba as quatro classes da tipologia da manipulação, a saber: tentação, intimidação, sedução e provocação, constatamos que nesta capa que colocamos sob análise, prevalece a última. A imagem de um ex-presidente (que é comumente associada a um partido de grande representação no país), comparada a uma estátua em processo de destruição representa, além de uma sanção negativa a tudo que o sujeito e seu partido simbolizam, o viés conivente com um acontecimento definido como “ruptura democrática” por Avritzer (2019).

A revista assume sua posição ideológica favorável ao processo de impeachment de Dilma Rousseff e utiliza, semanalmente, de forma sequencial, recursos para persuadir o enunciatário. Na base teórica de Greimas e Courtés (2020), temos que:

Quando se trata de uma manipulação segundo o saber, o manipulado é levado a exercer correlativamente um fazer interpretativo e a escolher, necessariamente, entre duas imagens de sua competência: positiva no caso da sedução, negativa na provocação. Quando se trata da manipulação segundo o poder, o manipulado é levado a optar entre dois objetos-valor: positivo, na tentação, negativo, na intimidação. (GREIMAS, COURTÉS, 2020, p. 302).

Esta afirmação se encaixa na base de nossa pesquisa por indicar os artifícios de que a revista faz uso: o fazer interpretativo, tão extenso, individual e polarizado, e a provocação, instaurada por meio de figuras que sancionam negativamente a atuação política dos representantes do Partido dos Trabalhadores.

Nas instâncias fundamentais e mais abstratas, percebemos uma oposição de vida *versus* morte, atrelada sobretudo à esta ideia de destruição. Assim, nesta edição a morte possui uma posição eufórica, e seu oposto vida, é qualificado disforicamente. A alteração recai ao Partido dos Trabalhadores: o período de autoridade e domínio negativo, na visão da Revista, dá lugar à destruição positiva. Neste caso, a categoria /vida/ indica a afirmação do poder, posteriormente negado por meio da inserção /morte/, no momento posterior ao afastamento de Dilma, após a tramitação do processo pelo Senado Federal.

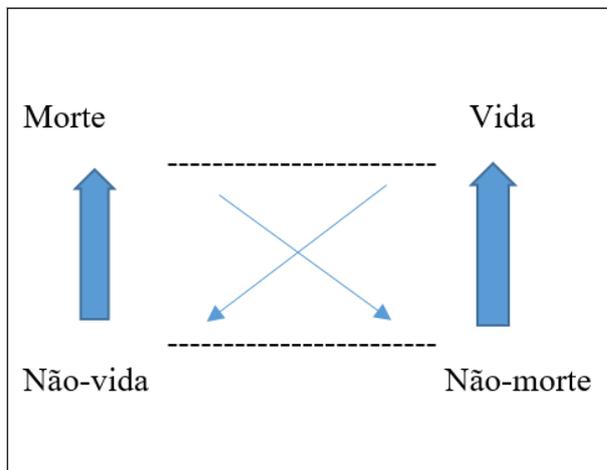


Figura 4 – Quadrado semiótico de Veja – vida vs. morte. Fonte: Próprio autor, 2020.

4. Sob a perspectiva da revista Carta Capital

Carta Capital é uma revista semanal, criada em 1994 pelo jornalista italiano Mino Carta. Inicialmente editada de forma mensal pela Carta Editorial, dois anos depois passou a ser comercializada quinzenalmente e com um formato direcionado a questões e análises políticas. Já em 2001, com tiragens semanais, ampliou sua linha editorial, apresentando conteúdos de cultura e economia. Desde 2005 é editada pela Editora Confiança e se vinculou ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).

Nas eleições presidenciais de 2002 e 2006, demonstrou abertamente apoio à candidatura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. A revista comemorou quinze anos de existência em 2009 e organizou o seminário “O Brasil e a crise econômica mundial”, como parte dos eventos de celebração.

Em contraponto ideológico, as capas da revista Carta Capital optaram por comparar o processo de impeachment

ao golpe militar de 1964, representar com fotografias a conspiração política que acelerou o processo e enfatizar a figura de uma então presidente isolada.

“Ensaístas do golpe: a articulação dos antissujeitos”



Figura 5 - Carta Capital, edição 894 de 23 mar. 2016. Fonte: Próprio autor, 2020.

A primeira capa da revista Carta Capital que escolhemos analisar compõe a edição 894, veiculada em período anterior à votação do impeachment pela Câmara dos Deputados. Esta edição, intitulada “Os ensaístas do golpe”, recebeu no plano superior da imagem o rótulo de Edição Especial da Crise, justamente por fornecer um resumo do cenário desfavorável à Dilma naquela ocasião.

No início de nossa análise, identificamos uma debreagem enunciativa, em virtude da forma como situa os personagens em questão. Na capa, estão registradas as figuras de José Serra, Eduardo Cunha, Gilmar Mendes e Sérgio Moro e o símbolo da TV Globo. Logo abaixo, estão Dilma Rousseff e Lula, situados em outro cenário. Nesta debreagem não há especificamente uma localização temporal ou espacial, mas os personagens principais, apelidados de “ensaístas” encontram-se mencionados em terceira pessoa do plural. As figuras constituintes desta imagem, são acompanhadas ainda dos elementos “ensaístas” e “golpe”. Esta capa, em seu conjunto, foi projetada para figurativizar o aspecto sombrio e negativo que afligiu o processo de impeachment. A composição como um todo remete a um cenário de filme de terror, desde os tons escolhidos ao desenho das letras. É possível inferir uma temática relacionada à instauração de uma conspiração política, pressuposta pela imagem e pela qualificação dada pela revista.

Carta Capital constrói, com esta figurativização, uma espécie de enredo do terror. Esta narrativa é composta pelos sujeitos Lula e Dilma, que antagonizam com os antissujeitos, os intitulados “ensaístas”. O objeto de valor que justifi-

ca a ação no terror é a presidência exercida por Dilma. Esta ação, ou pelo menos enquanto tentativa, é caracterizada pelas especulações, artifícios e manobras desempenhados para atingir o objetivo final: a destituição de Dilma.

O símbolo da TV Globo foi inserido para fomentar uma crítica à todo aspecto manipulatório e tendencioso pelo qual o canal televisivo sempre foi julgado por espectadores e críticos, ou mesmo retratando a atuação midiática, que em geral, valeu-se dos assuntos referentes ao processo de impeachment para impulsionar o ibope de sua grade jornalística. Podemos sustentar é que a Globo seria o anti-manipulador mais ou menos oculto (tal como a Lua nos filmes de terror) que usa os políticos para agir contra o Lula e Dilma. Eduardo Cunha, no pleno exercício do cargo de presidente da Câmara dos Deputados foi responsável pelo início do processo de destituição, por aceitar o pedido e prosseguir com os trâmites necessários. José Serra, senador eleito pelo PSDB, já havia manifestado que teria voto favorável ao impeachment, assim que o processo chegasse ao Senado e naquele momento, era considerado um notável nome para assumir o Ministério das Relações Exteriores, na hipótese de o então vice-presidente Michel Temer assumir a presidência. O nome de Gilmar Mendes ganhou notoriedade por ocupar dois relevantes cargos durante o processo: ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Na direção deste último, Mendes foi o responsável pelo julgamento das contas de campanha da chapa de Dilma e Temer. Questionado sobre a legalidade do processo, o ministro caracterizou o adjetivo “golpe” como um jogo de retórica. (Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/gilmar-mendes-diz-que-processo-de-impeachment-e-constrangedor-e-vexatorio>, acesso em 11/06/2020).

Por fim, o juiz federal Sérgio Fernando Moro, responsável pela operação Lava-jato, considerada uma das principais ações de combate à corrupção no Brasil. Por meio desta atuação, dois anos após o ápice do impeachment, em 07 de abril de 2018, por meia desta operação, o ex-presidente Lula foi preso.

Estes cinco personagens são qualificados como “ensaístas”. Esta palavra figurativa “articulação”, estabelecida com o intuito de atingir determinado objetivo. E “golpe” contrapõe com toda e qualquer aproximação com democracia e neste contexto, elimina o caráter legal do impeachment. Assim, Lula e Dilma estão situados em um plano inferior da capa, posicionados sob uma iluminação de palco teatral que proporciona-lhes um foco e claramente são colocados como as vítimas da conspiração validada por José Serra, Eduardo Cunha, Gilmar Mendes e Sérgio Moro, na perspectiva apresentada pela revista. É válido ressaltar que Serra é o único que parece ter a imagem manipulada de modo mais evidente (com os olhos claros). É possível notar ainda o aspecto mais iluminado circundando as figuras de Dilma e Lula e o oposto, permeado por tons mais azulados e escuros os antagonistas. Estas tonalidades distintas sugerem a inserção dos respectivos valores para cada grupo de atores: o bem e o mal, o progresso e o retrocesso

No nível narrativo, a princípio chama a atenção a vinculação entre os antissujeitos do projeto político representado por Lula e Dilma (os cinco nomes na imagem esboçados) e os próprios sujeitos (Dilma e Lula). Conforme discorre Greimas em um prefácio para Courtés (1979), esta relação é baseada em uma hierarquia estabelecida na relação dominante/dominado. Neste caso, entende-se como

dominantes os potenciais “articuladores” e dominados os sujeitos Dilma e Lula.

Fica claro na imagem que se trata de uma relação nada amistosa e portanto os sujeitos apresentados situam-se como adversários. O “fazer desejado” sugerido por Greimas é o encerramento do ciclo de poder petista, representado na imagem dos dois representantes do partido que conquistaram a presidência da república. Encontra-se incutida uma manipulação, caracterizada nesta circunstância pela intimidação e portanto validada negativamente, instigando o dever-fazer.

O objeto em transição nas relações de conjunção e disjunção neste caso é a sustentação do Partido dos Trabalhadores (caracterizado pelo valor “poder”), simbolizado na capa por Dilma e Lula. Não se trata apenas da imagem da então presidente Dilma, para associarmos a presidência como especificamente o objeto em disputa e em relação de transitividade. A presença de Lula na composição agrega uma força maior na representação: o objetivo não é limitado a formular articulações e conjunturas para eliminar Dilma, mas sim aniquilar todo o contexto no qual ela sempre foi inserida juntamente a seu partido político. Além disso, vale destacar que o “poder” é presença frequente no decorrer das análises, tanto de Carta Capital quanto de Veja. É o poder de Dilma, de Lula e do Partido dos Trabalhadores que está ameaçado com a abertura do processo de impeachment e por isto aparece tantas vezes sob o holofote da mídia. Sendo assim, o “poder” é um valor que de uma forma ou de outra circula nas análises, seja acompanhando o cargo de Dilma, a presidência da república, a sustentação do PT, enfim, a maioria dos objetos que podemos depreender das análises. Temos, portanto, um cenário em que Dilma e Lula estão em conjunção com o objeto-valor estrutura petista, enquanto sustentação do partido, designada como valor eufórico nesta etapa semântica. Em decorrência das articulações e das supostas tentativas de desvinculação, à medida que o processo de deposição avança, a mídia acompanha, a população reage indo às ruas manifestar, os dois principais representantes petistas começam a entrar em disjunção com a sustentação do partido no poder e são sancionados negativamente.

No nível fundamental, que tem como base principal uma categoria semântica constituída por oposição, opera-se um contraste entre vida e morte. A morte, representada pelos três políticos filiados a partidos de “direita”, TV Globo e o então Juiz Federal Sérgio Fernando Moro; e vida, representada por Dilma e Lula. Estes, vale lembrar, ao longo de seus mandatos, foram responsáveis pela criação de programas de expansão do ensino público, bem como fomento de bolsas de estudo e de pesquisa, além de programas sociais, leis e decretos que favoreceram (e assim permanecem), uma grande parcela da população, social e economicamente desfavorecida e desprestigiada em governos antecessores.

Na ocasião em que a edição da revista foi elaborada, bem como sua capa, podemos observar uma disputa simbólica os dois campos políticos: quem vive e quem morre politicamente falando. Além disso, reforça-se essa ideia de vida *versus* morte porque um vampiro (como Serra ou as demais figuras) representa essa negação da vida.

Nas operações, portanto, temos /vida/ pressupondo /morte. O termo /vida/ é contrário a /não-vida/ e /morte/, contrário a /não-morte/. Logo, /não-vida/ e /não-morte/ são contraditórios entre si, como podemos ilustrar abaixo:



Figura 6 – Quadrado semiótico de Carta Capital – vida vs. morte
 Fonte: Próprio autor, 2020.

“Republiqueta das bananas e a desqualificação da democracia”

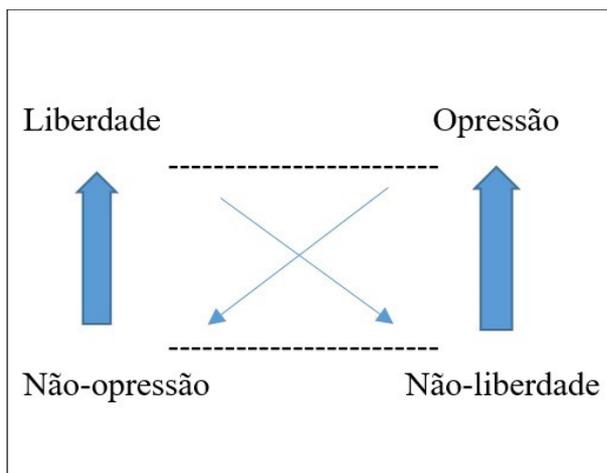


Figura 7 – Carta Capital, edição 898 de 19 abr. 2016. Fonte: Próprio autor, 2020.

A revista Carta Capital trouxe em sua edição 898, veiculada em 19 de abril de 2016, (data posterior à votação do impeachment pela Câmara dos Deputados) o título “Republiqueta das bananas” juntamente a uma imagem da cantora Carmen Miranda. Na parte superior da capa, está escrito: “Exclusivo: Meire Poza, a contadora de Youssef e os documentos que revelam os bastidores ilegais da operação Lava Jato”.

No nível discursivo, nota-se uma debreaagem enunciativa. A expressão “Republiqueta das bananas” refere-se ao termo criado em 1904 por William Sydney Porter, escritor americano, mais conhecido pelo pseudônimo de O. Henry. O escritor criou esta expressão em um conto cuja história se passou no país fictício “Anchuria”.

Segundo historiadores, a “república das bananas” era na verdade o país de Honduras, que na época, produzia grande volume de bananas e dependia comercial e econômica-

mente de empresas americanas. Honduras é relacionada ainda a golpes de Estado, como o ocorrido em 2009, por meio do qual o então presidente Manuel Zelaya foi deposto de seu cargo. A expressão foi utilizada também na filmografia da cantora Carmen Miranda, em 1939, na obra “Banana da terra”. Desta vez, o enredo se passava em “Bananolândia”, cidade que havia produzido uma quantidade excessiva de banana e não conseguia vender toda a produção da fruta. O termo “republiqueta”, é usado inclusive por meio de sufixo diminutivo, para “empobrecer” ainda mais a ideia a que se refere.

Na capa em questão, a edição faz uma crítica ao período pré-impeachment na ocasião da publicação, traçando paralelos condizentes com a figurativização de temas que fazem referência à subordinação política e a uma circunstância política considerada enfraquecida pela revista. A expressão conduz a um conceito de apatia e indiferença por parte da população, no que diz respeito aos cenários político e econômico.

No nível narrativo, utilizado para caracterizar as transformações de estado, podemos analisar o sujeito Brasil em conjunção com o objeto-valor democracia, ou mesmo soberania. Após a instauração de um evento transformador (abertura do processo de impeachment e votação pela Câmara dos Deputados) este sujeito entra em disjunção com o objeto-valor.

Esta edição da revista Carta Capital promove uma sanção negativa contra a democracia, considerando o estado resultante “mentiroso”, que representa o sentido de que algo parece, mas não é.

No nível fundamental, temos uma oposição semântica de liberdade *versus* opressão. Nas operações sintáticas de asserção e negação observa-se a seguinte relação: a categoria /liberdade/ determina a afirmação da democracia, da competência e poderio da então presidente Dilma Rousseff anterior à votação do processo pela Câmara dos Deputados. Em seguida, tem-se a negação desta /liberdade/, o que coloca em risco e desestabiliza o governo da então presidente e, por fim, a afirmação da categoria /opressão/ após o fim da votação.

O termo /liberdade/ pressupõe o termo /opressão/. Na operação de negação a cada um dos contrários, existem os contraditórios: /não-opressão/ que é contrário de /opressão/ e /não-liberdade/ que indica o contrário de /liberdade/. Estes movimentos podem ser assim esquematizados:

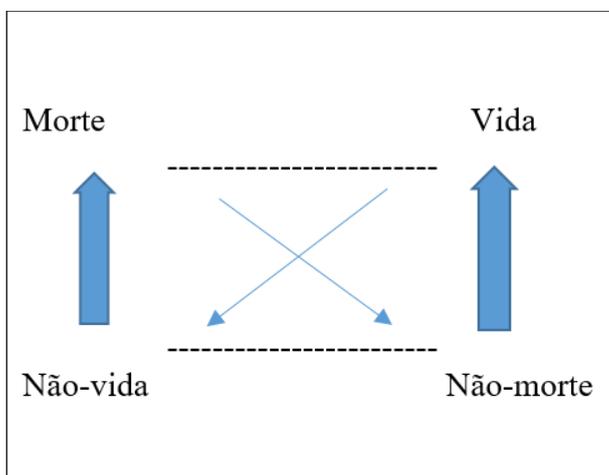


Figura 8 – Quadrado semiótico de Carta Capital – liberdade vs. opressão. Fonte: Próprio autor, 2020.

Considerações finais

A partir da análise que realizamos, podemos inferir inicialmente que cada revista possui uma organização narrativa distinta, a partir da qual cada enunciador vai se posicionar em diferentes espectros ideológicos e políticos sobre o acontecimento “impeachment”.

Assim, a revista *Veja* apresenta uma sanção agressiva em relação ao sujeito Dilma Rousseff, figurativizando um gesto que visa a apagá-la do momento político do país. Já *Carta Capital* propõe uma sanção sobre o processo político e democrático brasileiro por um viés irônico, na medida em que retoma o tema do país que não possui uma democracia plena com instituições que primam pela impessoalidade. A oposição vida *versus* morte emerge em ambas, cada uma com suas respectivas relações.

Fazendo uso da semiótica, conseguimos perceber oposições, transformações, sucessões e rupturas inerentes ao processo de destituição. Percebemos uma afinidade entre semiótica, que nos oferece mecanismos de análise, e política, que nos circunda em suas significações que nos afeta frequentemente.

Os discursos nos rodeiam a todo tempo. Materializam a vida com aquilo de que ela também é constituída: a polêmica, o inesperado, a transformação e a transitividade.

As conjunções e disjunções estão presentes na política. Aliás, a política é relação de junção. O poder é um objeto valor cobiçado e disputado a qualquer preço, com articulações e objetivos, que oscilam em suas relações de transitividade. Semiótica é oposição. Política também. Do mais complexo ao abstrato, traçamos um percurso sinuoso e abrangente. A semiótica é constituída de etapas. O uso das cores, das formas e dos espaços ilustram e agregam nossos estudos. Semiótica é escolha. E as imagens, as capas, as manchetes, passam pelas bancas e chegam às estantes. Uma capa vai tornando a outra menos lembrada ou um pouco menos importante. Afinal de contas, o atual prevalece no imaginário e na lembrança. Mas não podemos nos esquecer da história e de tudo que a compõe.

É preciso resgatar a história, seja por imagens, textos, fotografias, enfim, seja qual for o objeto produzido e estar atento à construção do sentido, para ampliarmos nossa percepção. Assim, é possível curvar-se a uma manipulação, ou dela se esquivar.

O impeachment de Dilma é inerente à história do Brasil. Deixou reflexos, sombras, lembranças e sobretudo transformação. Não apenas a transformação do nível narrativo da semiótica, com sua a sanção negativa de um sujeito, desqualificado de seu posto, mas também uma transformação política contestada e polêmica. A polêmica de que pode tratar a semiótica, a polêmica alimentada por esquerda *versus* direita, em uma polarização fortalecida em 2003, expandida em 2015 e predestinada a permanecer na história do Brasil.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

_____. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2005.
A.J. Greimas; J. Courtés. **Dicionário de semiótica**. 2 ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. Atual, 1988.

COURTÉS, Joseph. **Introdução à Semiótica: narrativa e discursiva**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. 2ª ed. Editora Contexto, 2007.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II**. Ensaios semióticos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

LANDOWSKI, E. **Presenças do outro: ensaios de socios-semiótica**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. 1 ed. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TATIT, Luiz. **Análise semiótica através das Letras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

TSE Notícias. **Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>>. Acesso em: 26 agos. 2019.

